



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5871 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POSSIBILIDADES INCLUSIVAS

Giselly Cristini Mondardo Brandalise - FURB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Marcia Regina Selpa Heinzle - FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POSSIBILIDADES INCLUSIVAS

O presente texto é um recorte de uma tese de doutorado em andamento, sendo realizada com o fomento da CAPES, com o objetivo de compreender os desafios e possíveis potenciais para a construção de políticas de internacionalização para a formação inicial de professores. O intuito deste trabalho é apresentar uma revisão bibliográfica a partir do desenvolvimento do conceito de internacionalização da educação superior sob um viés inclusivo, construído inicialmente a partir dos ideais estabelecidos por Jane Knight no final dos anos 90, e em aperfeiçoamento por esta autora e colaboradores, como De Wit, Hudzik, Breenburg, Jones, Leask, entre outros, até o presente ano de 2020. Trata-se de uma discussão atualmente em pauta a nível global, especialmente após a pandemia do COVID 19 que forçosamente tem alterado as sistemáticas da educação, de modo geral.

A internacionalização da educação superior é um tema recente que tem sido discutido sob diversos aspectos e diferentes pontos de vista. Muitos autores, brasileiros ou estrangeiros (COUTINHO, 1995; SANTOS, 2002; MOROSINI, 2006; ROBERTSON, 2009; DIAS SOBRINHO, 2007; KNIGHT; DE WIT, 2017, entre outros), destacam que sua expansão está ligeiramente relacionada à intensificação dos processos de globalização e das estratégias do neoliberalismo que ocorreram na década de 90 e início dos anos 2000 na área da educação. Sobre isso, destaca-se o Acordo General sobre o Comércio de Serviços (AGCS), orientação desenvolvida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, que descentralizou a operacionalização da educação por parte do Estado, abrindo uma série de possibilidades para sua comercialização, tornando-se um destino para o sistema multilateral.

A União Europeia, através do Processo de Bolonha em 1999, implementou um novo modelo de educação universitária, incentivando e facilitando a validação de disciplinas realizadas em países do continente, indicando também para a necessidade de se desenvolverem mecanismos mais acessíveis de reconhecimento de diplomas nestes territórios. Dessa forma, a internacionalização da educação superior passou a ser difundida com maior

ênfase pelo viés da mobilidade estudantil, sendo adotada como uma estratégia de competitividade e cooperação para a grande maioria dos países de todo o mundo (DIAS SOBRINHO, 2007), contribuindo, ao mesmo tempo, para a constituição de um “mercado de intercâmbios” para o setor privado.

De Wit et al (2015) discorrem que a questão da mobilidade se faz muito presente nos discursos e estudos sobre a internacionalização que discorreram sobre os agentes, programas, financiamentos, políticas e projetos. A internacionalização da educação superior em vertentes mais inclusivas possuem menor espaço de debate (DE WIT; KNIGHT, 2018), contribuindo para o direcionamento a interpretações distorcidas sobre o sentido mais amplo da internacionalização.

Embora se compreenda que as ações de mobilidade desempenham importante papel histórico no campo da internacionalização, consonantes às discussões de De Wit et al (2015), a base teórica-epistemológica que orienta esta pesquisa apoia-se nesta vertente mais inclusiva. Percursora na área, Knight (2003) propõe e defende uma concepção de internacionalização processual e integrada entre os níveis nacional, setorial e institucional e as dimensões internacional, intercultural ou global, aos propósitos, funções e na oferta do ensino superior (KNIGHT, 2003, tradução nossa), ou seja, não se trata de um ato isolado. Deve ser representado por um esforço contínuo e em constante desenvolvimento e atualização, a fim de acompanhar os avanços e desdobramentos que ocorrem na sociedade.

Tendo como base a proposta de Knight (2003), há um conjunto de estudiosos que na última década vem desenvolvendo e fortalecendo concepções e lutas que privilegiam a internacionalização em um caráter inclusivo: Hudzik (2011), define o conceito de internacionalização abrangente como um compromisso que se funde aos objetivos e missões de cada instituição, conectados intencionalmente com os movimentos globais.

Neste mesmo sentido, De Wit et al (2015) ressaltam que a internacionalização deve representar também uma via de acesso para a melhoria da qualidade da educação superior e da pesquisa, sendo um mecanismo de fortalecimento e aperfeiçoamento do desempenho das instituições a partir de um movimento inclusivo, composto de currículos internacionalizados para todos os alunos e extensivo aos funcionários. Ao mesmo tempo, estratégias bem desenvolvidas minimizam os efeitos da mobilidade como um serviço lucrativo e quantitativo, sem deixar de atender às exigências crescentes por currículos orientados para a efetivação dos resultados de aprendizagem requeridas.

Já no ano de 2019, Breenburg, De Wit, Jones e Leask (2019, s.p.), propõem a utilização do termo Internacionalização do Ensino Superior para a Sociedade (*IHES*) que “visa explicitamente beneficiar a comunidade em geral, em casa ou no exterior, por meio de educação, pesquisa, serviço e engajamento internacional ou intercultural”. Trata-se de uma concepção que ressalta a importância do engajamento social para que as atividades desenvolvidas partam de planejamento e avaliação minuciosos e possibilitem observar claramente os impactos para a comunidade em geral.

Para além de atuar na formação daqueles que estão nas universidades, o objetivo primordial e intencional da internacionalização mais abrangente na educação superior é oferecer benefícios para todos, planejando e avaliando as ações e impactos na sociedade. Em segundo lugar, deve envolver a comunidade do país ou do exterior, podendo levar o local ao global, ou vice-versa; e por último, o *IHES* pode acontecer em todas as áreas das instituições: ensino, pesquisa e extensão. (BREENBURG; DE WIT; JONES; LEASK, 2019).

Partindo da compreensão de que o conhecimento é desenvolvido a partir de movimentos culturais e que o aprendizado ocorre por meio da linguagem, que também possui

suas proposições e valores, esta discussão é essencial e possui significado social tanto para os formuladores de políticas educacionais, que atuam como orientadores das políticas institucionais, ao mesmo tempo que disseminam princípios a partir desses documentos, como para os professores que mediam contextos culturalmente diversos, em um ritmo cada vez mais crescente e exponencial.

Desse modo, estas considerações também estão imbricadas com a questão da cidadania global, que vincula a internacionalização da educação superior, a globalização e interculturalidade (LEASK; BEELEN; KAUANDA, 2013). Para Leask (2012, p. 60, tradução nossa), “não há esperança de que esses problemas (do mundo) sejam resolvidos, a menos que as pessoas se considerem cidadãos do mundo, sejam capazes e dispostos a cooperar de novas maneiras”. Neste cenário, as competências interculturais cumprem a função de integrar habilidades, conhecimentos e atitudes, que não são um destino, mas sim, um processo, e nesse sentido, a função do professor é proporcionar um ambiente adequado e estimulante onde os alunos sejam capazes de compreender a importância dos aspectos internacionais e interculturais de um curso, bem como refletir criticamente sobre o aprendizado da competência intercultural (LEASK, 2012). Em um mundo cada vez mais híbrido, inevitavelmente ocorrerão relações entre alunos de diferentes realidades que através do seu prisma individual de idioma e cultura, irão compartilhar momentos e perspectivas singulares e únicas com a comunidade, tanto acadêmica, como a comunidade em geral.

Situações de interações a nível global tem aumentado consideravelmente no contexto da pandemia do COVID 19, e, de maneiras inusitadas. Nas mais diversas áreas de conhecimento, e em especial na educação superior, vivenciam-se momentos de intensas trocas de saberes e experiências que abrangem, a título de exemplificação, *lives* com especialistas de diversas áreas e nacionalidades, viabilizando a participação em massa de pessoas de diferentes partes do mundo, proporcionando oportunidades anteriormente pouco recorrentes de encontro de autores com pesquisadores. Além de trazer aspectos de inovação, estas ações contribuem para com a intensificação da cooperação entre redes de pesquisa mundiais, possibilitando, do mesmo modo, a constituição de novas alianças profissionais que provavelmente irão expandir sistemáticas de funcionamento das instituições de maneira global.

Nesta perspectiva, a internacionalização da educação superior deixa de ser uma questão direcionada apenas para aqueles que estão envolvidos com a mobilidade. Torna-se um componente que favorece a formação e o engajamento dos alunos pela responsabilidade social que enfatiza e oportuniza o fazer social coletivo, direcionada para favorecer todos os agentes da comunidade e, neste sentido, presando pela educação superior de qualidade e mais inclusiva, no sentido empregado por este trabalho. Conclui-se, portanto, que os desafios para a educação superior nesta área apontam para o desenvolvimento de estratégias e políticas de internacionalização (MIRANDA; STALLIVIERI, 2017) que assegurem e ofereçam, de fato, a intenção presente nos preceitos de uma internacionalização inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Internacionalização da educação superior. Internacionalização inclusiva. Cidadania global. Políticas de internacionalização.

REFERÊNCIAS

BEELEN Jos; JONES Elspeth. Defining 'Internationalization at Home'. **University World News**, n. 393, dez. 2015.

BRANDENBURG, Uwe.; DE WIT, Hans.; JONES, Elspeth.; LEASK, Betty. Defining Internationalisation in HE for Society. **University World News**. Jun. 2019.

COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 4, p. 21, jun. 1995.

DIAS SOBRINHO, José. O processo de Bolonha. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, p. 107-132, 17 nov. 2007.

DE WIT, Hans et al. **Internationalisation Of Higher Education: Study**. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2015.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization: from concept to action**. Washington, DC: NAFSA Association of International Educators, 2011.

KNIGHT, Jane. Updated the definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, 2003, p.2-3.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: Past and Future. **International Higher Education**, n. 100, 2017.

LEASK, Betty. **Internationalisation of the curriculum (IoC) in action**. A Guide. University of South Australia and Australian Government, Office for Learning and Teaching, 2012.

LEASK, Betty; BEELEN, Jos; KAUANDA, Loveness. Internationalisation of the curriculum: international approaches and perspectives. *In*: DE WIT, H.; HUNTER, F.; JOHNSON, L.; VAN LIEMPD, H.-G. (Orgs). **Possible futures: the next 25 years of the Internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: EAIE, 2013.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 589-613, dez. 2017.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educ. rev.**, Curitiba,n.28,p.107-124,dez. 2006.

ROBERTSON, Susan L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 407-422, dez. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94.